



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO

“A NECESSIDADE DE UM CRESCIMENTO ROBUSTO PARA O POST TROIKA (II)”

2 de Dezembro de 2014

Porto Business School, Avenida Fabril do Norte, Matosinhos

PRESS-RELEASE

O Forum para a Competitividade realizou ontem, dia 2 de Dezembro, na Porto Business School (PBS), em Matosinhos, o Seminário em título. Este evento analisou as causas do fraco crescimento da Economia Portuguesa na chamada “década perdida” (2000-2010) e, bem assim, quais as soluções para alcançar padrões de crescimento acima da média europeia – necessidade imperativa para o País poder fazer face às suas responsabilidades e manter níveis de segurança e de bem-estar compatíveis com o desejado progresso social.

Jorge Farinha, Vice – Dean da PBS, na abertura do Seminário sublinhou a importância que os temas em discussão têm entre os programas e as preocupações permanente de uma Escola de Gestão e Negócios como a PBS.

O **1º painel** teve como 1º Orador o Prof. **Daniel Traça** da Universidade Nova de Lisboa. A GLOBALIZAÇÃO foi considerada como a causa disruptiva dos padrões de crescimento do período 2000-2010 (0,5% em Portugal), muito mais baixos do que os da década anterior (3%). Demonstrou que o País teria, no final de 2010, níveis de défice e de dívida razoáveis, se tivesse crescido de acordo com os valores médios europeus. Defendeu, portanto, uma estratégia para o desenvolvimento do País, a diversos níveis, que fosse consequente com as causas dos problemas, e colocou o aumento da PRODUTIVIDADE no centro dessa estratégia, o que significa trabalho de maior qualidade e inovação. Em suma, produzir melhor bens e serviços para os mercados abertos à concorrência internacional (bens e serviços transacionáveis). Demonstrou, ainda, que a produtividade parou de crescer em Portugal a partir do fim da década de 90, apesar do aumento da despesa com Educação e do alto nível de Investimento público e privado. Considerou indispensável que a nova estratégia de ajustamento à Globalização incluía uma revisão da aplicação dos recursos (escassos) de investimento público e privado, designadamente de IDE, em atividades exportadoras e para países em mais forte crescimento do que a Zona Euro. Concluiu que Portugal está “partido em dois” em termos empresariais com grandes diferenças de situação entre as empresas exportadoras que se ajustaram à globalização e as outras que não exportam ou que não se ajustaram.

Seguiu-se, no 1º Painel, o Prof. **Daniel Bessa** que sublinhou que o crescimento económico tem uma importância determinante no que se refere à redução das Dívidas Pública e Externa e da que decorre do Sistema de Pensões (que considerou ser a “Dona Branca do Século”). Só Países sem problemas desta natureza podem viver com níveis de crescimento baixos. Quanto às Pensões sugeriu que a idade de reforma fosse avançada. Aconselhou que se apoiassem as empresas que crescem e não por serem PMes, e que Portugal deixasse de “estar fora do Mundo”, recusando a

Globalização, o que só foi possível enquanto “não se acabou o dinheiro”. Quanto ao modelo de crescimento, defendeu que crescer com base no consumo não é solução porque compromete o equilíbrio externo. Defendeu o crescimento via EXPORTAÇÃO, como a agenda adequada ao País. Advogou um crescimento do INVESTIMENTO induzido e dirigido para as atividades exportadoras e afirmou estar o País a investir pouco (1,5% em 2014 e 2% em 2015), o que pode comprometer o crescimento das exportações. Considerou que um dos bloqueios a mais investimento é a falta de rentabilidade da atividade exportadora e, sobretudo, a “falta de Balanço” das empresas, significando a insuficiência dos seus capitais próprios e autonomia financeira.

Encerrou o 1º Painel o Prof. **Nuno Sousa Pereira**, Dean da PBS, que alertou para as exigências crescentes dos sistemas de Pensões e de Saúde em termos financeiros e considerou o crescimento essencial para a sua manutenção. Referiu que sem um outro nível de crescimento haverá, pelo menos, “uma geração sacrificada”, a dos trabalhadores ativos atuais. Considerou, ainda, que a redução histórica da produtividade tem a ver com a transferência de recursos dos setores primário e secundário para o terciário (de mais baixa produtividade). Entre os fatores limitativos do Crescimento apontou a Tributação, a Justiça e, de um modo geral, o posicionamento do Estado que tem cada vez menos capacidade de ter uma intervenção de qualidade. Financiamento e Mercado Laboral perderam importância, recentemente, enquanto fatores limitativos. Defendeu a criação de princípios de gestão na Administração Pública (avaliação de desempenho com influência na remuneração, alinhamento de incentivos etc.) que, apesar de algumas sobreposições e sobredimensionamento, tem gente competente. Recusou o maniqueísmo na avaliação do Investimento e defendeu Investimento Público no setor portuário e ferroviário. Concluiu, exprimindo a opinião de que mais do que um Acordo Político faz falta que as INSTITUIÇÕES tenham efetiva influência no rumo de certas questões, como o Conselho de Finanças Públicas e a UTAO.

O 2º Painel foi iniciado por **J. Félix Ribeiro** que lembrou que a COMPETITIVIDADE de um País se mede a partir do resultado da Balança de Transações Correntes e que “Competitividade”, “Crescimento” e “Emprego” são realidade que não estão necessariamente alinhadas. Defendeu que o Estado deve ter uma “dinâmica própria” numa dimensão mais reduzida. Quanto às Empresas, defendeu que Portugal deve buscar uma especialização nos *clusters* europeus “da terra e território” e do “trabalho intensivo” com ambição de desenvolvimento desses *clusters* para novas atividades. Referiu que os choques da Globalização em Portugal têm, apesar de tudo, sido atenuados pelo relacionamento do País com Zonas beneficiadas pelo “Superciclo das matérias-primas” que está, de certo modo, posto em causa com a descida dos preços do petróleo e de outras matérias-primas. Defendeu, como fatores de competitividade estrutural do País, a atração de rendimento via “importação” de emigrantes abastados, a exportação de Serviços e de Conhecimento, a recentragem da tradição industrial (produtos mais sofisticados, maior presença nas cadeias de valor) e a valorização da nossa localização geográfica para Operadores Globais. Referiu que devem ser apoiadas empresas integradoras de várias capacidades, como a Autoeuropa. Defendeu que Portugal não deve “olhar” só para a Europa e Países produtores de matérias-primas mas, também, a médio prazo, para os EUA, Canadá, México e, a longo prazo, para a Índia.

Seguiu-se a intervenção de **Paulo Nunes de Almeida**, Presidente da AEP, que começou por sublinhar uma redução acentuada da FBCF em Portugal nos últimos 4 anos (2009/2013) e a impressão recente de uma recuperação neste plano. Em contrapartida referiu o aumento do peso das Exportações no PIB (39,7% no 2º trimestre de 2014) contra 29,6% no final de 1995. Apontou para metas de 45% em 2015 e 52% em 2020! Acrescentou que, até 2010, não houve praticamente crescimento relativo das Exportações que se “fixaram” perto dos 30% do PIB. Apresentou uma desagregação por dimensão das empresas exportadoras – 61% das empresas são responsáveis por apenas 9,5% e 7% das empresas por 42,5%! Sublinhou os crescimentos muito significativos no ano em curso, face a 2013. No conjunto, e excluindo os combustíveis, o crescimento das exportações foi de 3,7% de Janeiro a Setembro de 2014. Neste conjunto, sobressaem os crescimentos do mobiliário (12,1%), vestuário (11,2%), peles e couros (13,1%), calçado (8,9%) e têxteis (6,4%), não só pelo forte crescimento mas porque este foi mais relevante do que em 2013.

Em termos de mercados evidenciou a recuperação de Espanha em 2013 e 2014, a recuperação da Alemanha já este ano e as posições relativas de Angola (4º) EUA (6º) e Brasil (10º). No caso de Angola enfatizou o aumento da produção local, em detrimento da “exportação” por parte de empresas nacionais. Sobre o mercado dos EUA sublinhou que se espera um forte benefício para Portugal do Acordo EU/EUA que vai na sua 9ª ronda de negociações. Relativamente ao Brasil referiu o sucesso da própria AEP através da criação (há 10 anos) de uma empresa local 100% brasileira. Aconselhou as empresas a olharem para outros Estados que não o Rio de Janeiro e S. Paulo. Chamou ainda a atenção para que a concentração das nossas exportações na União Europeia se reduziu, desde 2010, de 75% para 71%! Finalmente, chamou a atenção para a importância do “PORTUGAL 20/20” – Programa de Fundos Europeus do QREN com uma dotação para 7 anos no total de 25,8 m M de €! ou seja 3,5 m M/ano! e que 23,% deste valor é para programas de “reforço de competitividade”.

Encerrou o Painel **Mário Paes de Sousa** – CEO da Cabelte que refletiu sobre o plano de reestruturação da empresa adotado em 2012 e que passou por mudança de acionistas, recapitalização, parqueamento de 60% do passivo e por nova equipa de gestão. Apresentou o caso da Cabelte como de mudança radical de paradigma através da passagem de um setor protegido da concorrência (organizada como “espelho” do principal cliente- o Estado) para o mercado internacional. Atualmente a Cabelte fatura 300 milhões de € sendo 75% diretamente fora de Portugal e sendo que dos 25% vendidos em Portugal, $\frac{3}{4}$ são reexportados. Distinguiu mercados “de sustentabilidade” de “mercados de oportunidade”, tendo referido, a propósito, a Líbia, a Venezuela, o Golfo e a África Central. Sublinhou a importância do bom funcionamento dos Seguros de Crédito e outros Seguros do Estado à exportação e do financiamento dessas operações para o sucesso nos mercados internacionais, e que a solução dos problemas “domésticos” da Empresa precedeu a internacionalização. Referiu que a empresa adotou uma clara estratégia de aumento da produtividade como nova filosofia de gestão.

Encerrou o Seminário o Presidente do Forum para a Competitividade, **Pedro Ferraz da Costa**, que resumiu as conclusões do mesmo e lançou o desafio à PBS e outras Escolas de Negócios para, em conjunto com as Universidades e as Associações Empresariais, poderem apoiar rápida e eficazmente as empresas nas diferentes opções estratégicas a tomar cujo risco pode ser minimizado pela reflexão conjunta e o intercambio de experiências.

3/12/2014

JL